

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO INÁCIO COSTA DE CARVALHO

**REFLEXÕES SOBRE FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO
NORDESTE - FNE: aspectos relevantes de investimentos em Juazeiro do Norte-CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

LUCIANO INÁCIO COSTA DE CARVALHO

**REFLEXÕES SOBRE FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO
NORDESTE - FNE: aspectos relevantes de investimentos em Juazeiro do Norte-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Me. Manoel Leal Costa Netto

Juazeiro do Norte-CE

2019

**REFLEXÕES SOBRE FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO
NORDESTE (FNE): aspectos relevantes de investimentos em Juazeiro do Norte-CE**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso do LUCIANO INÁCIO
COSTA DE CARVALHO.

Data da Apresentação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Assinatura: _____

Orientador (MESTRE MANOEL LEAL COSTA NETO)

Assinatura: _____

Membro: (MESTRE JOSÉ DE FIGUEIREDO BELÉM / UFC)

Assinatura: _____

Membro: (MESTRE PEDRO LOULA CAVALCANTE JÚNIOR / UFC)

Juazeiro do Norte-CE

2019

RESUMO

O presente estudo utiliza-se de uma pesquisa documental para entender o investimento público via Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE no município de Juazeiro do Norte, os dados coletados através do portal da transparência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) permitem observar como se dá a movimentação desses recursos. Para melhor compreender as motivações da criação do FNE o estudo traz o contexto histórico em que se formulou o surgimento e aceleração das desigualdades regionais do país e a própria raízes da construção conceitual do Nordeste em termos político e cultural, com isso pretende-se tornar claro o contexto em que o município de Juazeiro do Norte – CE está inserido, já que este local é o recorte territorial escolhido para análise. O objetivo é contribuir com o profissional da administração com elementos que ajudem na reflexão da importância do FNE para Juazeiro do Norte.

Palavras-Chave: Fundo Constitucional do Nordeste – FNE; Desigualdades Regionais; Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The present study uses documentary research to understand public investment through the Constitutional Financing Fund of the Northeast – FNE in the municipality of *Juazeiro do Norte*, the data collected through the transparency portal of *Banco do Nordeste do Brasil* (BNB) allow us to observe the movement of these resources. To better understand what motivated the creation of the FNE, this study brings the historical context in which were formulated the emergence and acceleration of the regional inequalities of the country and the very roots of the conceptual construction of the Northeast in political and cultural terms, with this it is intended to elucidate the context in which the municipality of *Juazeiro do Norte* – CE is inserted, since it was the region chosen for analysis. The objective is to contribute with the administrative professionals with elements that help in the reflection of the importance of the FNE to *Juazeiro do Norte*.

Keywords: Constitutional Financing Fund of the Northeast -FNE; Regional Inequalities; Local Development.

1 INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE é o mais importante instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), e dada a sua relevância para a sustentação das atividades empreendedoras da região do Cariri cearense o estudo do FNE é um interessante ponto de partida para o administrador que deseja conhecer a relação estabelecida entre o governo e o empreendedorismo local. As tensões existentes entre o mercado (que visa o lucro) e o Estado (que persegue a finalidade do bem comum) devem ser pensadas sob viés da sustentabilidade.

Ao analisar as transformações necessárias na educação e formação do administrador Ferreira e Costa (2018) apontam para uma mudança de paradigma que exigem desse profissional as competências e habilidades para atuar de acordo com as exigências da sustentabilidade. Para Venzke e Nascimento (2013) planejar e executar projetos amparados na sustentabilidade exige “pensamento complexo”, “pluralismo epistemológico e reflexividade”, “olhar crítico” e “relação dialógica entre diversos saberes”.

Para avançar na reflexão sobre a importância FNE via investimentos fornecidos por linhas de crédito do BNB é preciso aprofundar o diálogo entre a administração privada e a administração pública para que se possa ofertar soluções para os permanentes embates entre o interesse público e o privado. Assim é que se formula a seguinte indagação: a alocação dos recursos do FNE em Juazeiro do Norte corresponde ao objetivo de fortalecer as micro e pequenas empresas? Como se dá a dinâmica de investimento nos setores do comércio, indústria e serviços?

O estudo traz um breve relato histórico sobre os fenômenos que contribuíram para surgimento e aceleração das desigualdades regionais do país, com isso pretende-se tornar claro o contexto em que o município de Juazeiro do Norte – CE está inserido, já que este local é o recorte territorial escolhido para análise. O Banco do Nordeste do Brasil -BNB é responsável pela gestão e materialização dos investimentos do FNE, por isso é através de dados disponibilizados por relatórios de transparência dessa instituição que se torna possível compreender como a parceria entre o BNB e os empreendedores locais contribuem para criação de novas dinâmicas que alavancam o desenvolvimento social e econômico da referida cidade.

O objetivo desse trabalho é contribuir com aportes teóricos e sistematização de dados para auxiliar a capacidade reflexiva do administrador frente aos impactos do FNE na cidade de Juazeiro do Norte-Ce. Para cumprir com essa proposta adota-se os seguintes passos: 1- Manipular dados de relatórios produzidos sobre a atuação do FNE destacando os aportes

financeiros movimentados em Juazeiro do Norte; 2- Trazer aportes conceituais e teóricos que contribuam com a formação de profissionais da administração comprometidos com as questões éticas de combate às desigualdades regionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESIGUALDADES REGIONAIS DO BRASIL

O Brasil é um país com dimensões continentais e como ressalta Bacelar (2000) possui entre os Estados que o compõe além de uma distância geográfica uma diversidade cultural e um sério problema de desigualdade econômica entre suas regiões. Para compreender os desafios de dirimir as desigualdades regionais é preciso compreender os aspectos políticos e a ação/omissão do Estado. Segundo Amaral (2010) o processo de desigualdade da economia brasileira está relacionado com a maneira em que o país começou a se formar, através do processo de colonização pautado na exploração dos recursos e não do desenvolvimento da terra descoberta.

As fases históricas que formaram a economia do Nordeste são descritas no trabalho de Carvalho (2018) lembrando que o Nordeste foi a primeira região ocupada durante o período de colonização e tinha a sua produção voltada para o mercado europeu tendo como principal produto o açúcar, mas também a madeira das florestas tropicais. A capital do país era Salvador até 1763 e as capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão concentravam a economia do Brasil.

O período que compreende a era colonial é caracterizado como de “isolamento relativo” e se estende até a fase imperial. A metáfora utilizada para clarificar esse momento econômico é a de um arquipélago regional para apontar a falta de relações econômicas internas e a preponderância de um Brasil primário-exportador comandado pelo mercado externo, conforme atesta Tânia Bacelar:

Durante muito tempo foi possível assistir ao Sudeste ir muito bem, porque o café ia muito bem, e isso podia coincidir, no tempo, com o Nordeste indo muito mal, porque o açúcar ia muito mal no mercado externo. Quer dizer, as condições do mercado externo é que definiam o comportamento da dinâmica das “ilhas regionais” brasileiras. As ligações entre elas eram mais tênues do que as ligações de cada uma delas com o exterior. (BACELAR, 2000, p. 72)

Posteriormente, no fim do século XVII, o açúcar entrou em decadência devido à concorrência com as Antilhas, e deu lugar ao cultivo do café como principal produto exportado, que era produzido no Sudeste.

Desde esse momento o Sudeste passou a ser a principal região econômica do país, ainda sendo dependente do mercado externo para seu crescimento e criando o alicerce para posteriormente serem instaladas as bases da indústria. No século XX é que as disparidades regionais ficaram mais evidentes devido à mudança que ocorreu nos meios de produção brasileiros, quando o país passou a sentir uma influência maior do mercado interno na economia tendo uma relação maior com os outros estados.

Após o período de isolamento relativo acontece a transição para um período de “articulação mercantil”, com duas fases distintas, a da República Velha (1890-1930) e uma segunda que cobre a Era Vargas e o governo JK (1930-1960). O período da articulação mercantil demarca a predominância da região Sudeste com a presença da industrialização fortemente concentrada em São Paulo.

Para Tânia Bacelar (2000) esse é o ponto inicial do que hoje denominamos de questão regional e a região Nordeste ganha destaque quando a pauta da desigualdade regional surge. Ao voltar a atenção para o mercado interno fica visível as diferenças de produtividade, e isso pode ser exemplificado através da indústria têxtil nordestina que sucumbe a competição inter-regional e seu efeito destrutivo quando o novo parque têxtil de São Paulo se utiliza da recém-criada rodovia Rio-Bahia e chega até o Nordeste arrasando o setor têxtil local.

Sob a ótica de Carvalho (2018) temos que a crise de 1929 surge como fator agravador das diferenças regionais, pois “estimula a diversificação da agricultura paulista com a produção da cana-de-açúcar e do algodão, deixando São Paulo de fazer as importações regionais, passando a disputar nacionalmente com o Nordeste o espaço dos seus dois principais produtos”.

O Nordeste na visão Albuquerque Jr. (1999) é um conceito que surge atrelado ao problema da seca que é utilizada politicamente pelas oligarquias dessa região. De acordo com o referido historiador a expressão Nordeste aparece pela primeira vez no documento que criou em 1919 a Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) como resposta as consequências da grande seca de 1915 e da seca que também surge em 1919. O IFOCS utiliza a expressão Nordeste para se referir a uma área localizada entre o Norte e o Leste que compreendia os Estados de Alagoas até o Ceará e no princípio não englobava os Estados: Bahia, Sergipe, Maranhão e Piauí.

É a partir de 1919 que começa a se forjar no imaginário do brasileiro o conceito de Nordeste dando um conteúdo político e cultural. Em termos culturais o marco inicial é o livro

de Gilberto Freyre “Nordeste”. Ratificando o pensamento de Albuquerque Jr. (1999) temos na releitura de Oliveira (2007) as seguintes informações:

É preciso lembrar que o Nordeste como espaço geográfico oficial tem data de nascimento. Foi durante o Estado Novo que o IBGE criou a primeira Divisão Regional do Brasil dividindo o território nacional em 5 regiões: norte, nordeste, leste, sul e centro-oeste. Com a valorização das regiões, instituída oficialmente em 1942, o Estado Novo procurou combater as oligarquias locais que dominavam os Estados e buscou integrar as partes em um todo maior. (OLIVEIRA,2007; p. 3)

Ao aceitar o pressuposto que Nordeste é um conceito inventado para atender a demandas políticas e culturais de uma determinada classe é que surgem as indagações: é possível reinventar o Nordeste para além do problema da seca?

Para desconstruir a visão que limitava o Nordeste ao problema da seca é imprescindível conhecer o pensamento de Celso Furtado e suas ideias sobre desenvolvimento e o papel do Estado. No governo de Juscelino a prioridade era consolidar o Brasil como um país industrializado, só que as indústrias estavam concentradas no Sudeste.

Um capítulo novo da história econômica do Nordeste inicia-se, pois, o discurso predominante e até então inquestionável era de que a seca era o grande problema da economia nordestina, e Furtado confronta esse pensamento com a seguinte argumentação:

O problema do Nordeste não é a seca, é a reconfiguração do desenvolvimento brasileiro e como a região está se inserindo nela. E o segundo ponto: a seca não era a causa do problema do Nordeste, o que era também uma contestação de fundo. Furtado dizia o contrário: a seca, o fenômeno social das secas, é consequência dos problemas do Nordeste. A causa é a estrutura socioeconômica e política montada, há séculos, nessa região. A causa do atraso do Nordeste está na sua formação histórica. Ou se mexe nas estruturas, ou não se enfrenta a questão nordestina, dizia Furtado. (BARCELAR, 2000; p. 76)

Ao pensar o Brasil, Celso Furtado (1984) o faz sempre na perspectiva da formação e desenvolvimento de uma cultura nacional. O vigor do pensamento de Celso Furtado é também base para os principais pensadores econômicos (Francisco de Oliveira – José Luís Fiori – Juarez Guimarães - Maria Regina Nabuco – Tânia Bacelar – Wilson Cano) que atualizam as suas ideias numa coletânea de escritos organizados por Maria Conceição Tavares e que foi publicado no ano 2000 com o título “ Celso Furtado e o Brasil”.

No ano de 1959 ao participar do governo do presidente Kubitschek, Celso Furtado elabora para o governo federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", o que originou a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife.

O processo iniciado por Furtado foi interrompido dado o contexto nacional e internacional de ditaduras militares, sendo o mentor da SUDENE exilado do país o que comprometeu a execução exitosa dessas propostas. Esse percurso pode ser analisado no trabalho de doutoramento intitulado "SUDENE: A Utopia de Celso Furtado" da historiadora Laura Christina Mello de Aquino.

Para Aquino (2004) a SUDENE surge com o objetivo de orientar o processo de industrialização, favorecendo uma nova caracterização do espaço demográfico da região. Porém apesar de atrair indústrias para região teremos o problema da concentração regional das indústrias no litoral nordestino (Salvador, Recife e Fortaleza), o que teve como consequência um êxodo rural e um crescimento demográfico dos grandes centros. Para descentralizar os investimentos da Região metropolitana de Fortaleza é que surge como estratégia para atrair investimentos a Região Metropolitana do Cariri – RMC da qual Juazeiro do Norte é integrante.

2.2 CONHECENDO O FNE – JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REGIONAIS E FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Dando sequência ao pensamento dos intelectuais que assumem a tarefa de reinventar o Nordeste é que o economista Jair Amaral Filho discorre sobre "O Nordeste que dá certo" demonstrando as transformações ocorridas na região a partir da adoção de ações estatais que se fundamentam no pacto federativo construído ao longo do tempo por diversas mudanças constitucionais e que buscam efetivar o princípio federalista da "solidariedade regional"; e a política de "coesão social".

De acordo com Amaral (2010) sob a égide da solidariedade regional e da coesão social é que acontece "a montagem da arquitetura institucional que permitiu à Região Nordeste se beneficiar de grandes volumes de transferências financeiras federais" esse esforço institucional busca combater três erros básicos do governo federal anteriormente apontados por Celso Furtado que são: 1-Concessão de subsídios ao açúcar que concentrava renda na mão dos usineiros e estimulava o atraso tecnológico; 2-Estratégia de combate à seca com apropriação dos recursos hídricos por grandes latifundiários; 3- Forte investimento em infraestrutura que

beneficiava a industrialização e os industriais do Centro-Sul, mesmo que em detrimento das outras regiões, visto que esses investimentos agravavam as disparidades regionais.

Para superar esses erros o que fica visível e merece destaque é que após a elaboração da constituição de 1988 se pensa em termos de compromisso com o “pacto social” o qual se demonstra efetivo na seguinte observação:

No entanto, mais importante que isso é saber que, pela primeira vez, esse crescimento tem acontecido de maneira favorável às famílias de baixa renda e permitido o surgimento da chamada “nova classe média”. Esta é a grande novidade, que tem, aliás, levado muitos a se perguntarem o que está dando certo no Nordeste (AMARAL, 2010; p.1)

O compromisso para dirimir as diferenças socioeconômicas regionais tem fundamentação constitucional no artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal de 1988, através da previsão que o produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados seriam destinados:

[...] três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer. (BRASIL, 1998).

O que estava no texto do artigo 159 da CF/1988 se materializa e passa a ser regulamentado através da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Essa lei é responsável pela criação dos Fundos Constitucionais. Os FCFs são constituídos por 3% da arrecadação com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados que destina o volume total de recursos obedecendo as seguintes regras de rateio de 1,8% (que corresponde a 60%) para o FNE, e 0,6% (que corresponde a 20%) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (que corresponde a 20%) FCO, respectivamente. (BRASIL, 2019).

Desde que foi instituído o FNE se tornou alvo de pesquisas científicas que buscam avaliar o seu impacto na economia. Os pesquisadores Carneiro e Cambota (2018) realizaram estudo que organizou o estado da arte sobre esse tema. A pesquisa de Carneiro e Cambota (2018) reúne excelentes referências e são subdivididas da seguinte forma: o primeiro grupo busca captar o impacto dos empréstimos sobre as empresas beneficiadas enquanto o segundo avalia escalas geográficas mais agregadas, como municípios, micro e mesorregiões.

O FNE é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco do Nordeste desde a criação dos fundos constitucionais federais, em 1989. Sua aplicação volta-se à redução da pobreza e das desigualdades inter e intrarregionais, por meio do financiamento de setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, instrumento elaborado de forma conjunta por órgãos federais e estaduais. Para isso, dos recursos totais do FNE aplicados anualmente pelo BNB na Região, pelo menos metade destina-se ao semiárido e mini, micro e pequenos empreendedores são clientes preferenciais e há conjugação do crédito com a assistência técnica.

Quanto a sua finalidade o FNE tem por fim, financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e relocação de empreendimentos, inclusive a elaboração de estudos ambientais e os investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais.

3 METODOLOGIA

Este trabalho científico, de natureza básica e abordagem qualitativa, visa uma exploração inicial da temática do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e financiamentos público via linha de crédito fornecida pelo BNB. Por ter esse trabalho a pretensão de fazer uma contextualização histórica e sociocultural dos aspectos econômicos que formaram a economia nordestina é que se revela adequada a escolha de uma metodologia documental. De acordo com (APPOLINÁRIO, 2009) referente as estratégias de coleta de dados as pesquisas têm duas categorias: 1- pesquisa de campo ou laboratório (estratégia local) 2- documental ou campo (fonte de dados).

Dessa forma, utilizamos a pesquisa documental como metodologia já que a reflexão obtida nesse trabalho advém de pesquisa em artigos acadêmicos, livros e sites de Instituição públicas (BNB, IPECE, IBGE) com a finalidade de caracterizar a dinâmica do desenvolvimento econômico e social do município de Juazeiro do Norte -CE para analisar as interligações entre o desenvolvimento local e as linhas de crédito fornecidas pelo BNB via FNE.

Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, diz-se que a pesquisa possui estratégia documental (ver pesquisa bibliográfica). Quando a pesquisa não se restringe à utilização de documentos, mas também se utiliza de sujeitos (humanos ou não), diz-se que a pesquisa possui estratégia de campo (APPOLINÁRIO, 2009: 85).

A intenção é que com a pesquisa nos bancos de dados do BNB e do portal da transparência tenha-se acesso as informações necessárias via dados secundários que serão

organizados e sistematizados através de tabelas e gráficos para uma melhor visualização dos resultados.

Como pensamento norteador tem-se a ideia de desenvolvimento regional proposta inicialmente por Celso Furtado, mas que ainda hoje é atualizada e servem de referência para pensadores como Amaral (2010) Neto (2009) Bacelar (2000) que analisam o pacto federativo e a sua concretização na busca por autonomia financeira dos municípios.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZANDO JUAZEIRO DO NORTE – CE

Conhecida como “cidade da fé” Juazeiro do Norte tem um forte turismo religioso que atrai milhares de pessoas anualmente através das romarias que acontecem em torno da figura mística do Padre Cicero Romão Batista o “Padim Ciço” reconhecido como santo pelo povo nordestino. Conforme verificamos através dos dados do IPECE (2016) este município possui um diversificado parque industrial, que se destaca os ramos calçadistas (sendo este o maior polo Norte/Nordeste e o terceiro do país) têxtil, folheados, artesanato, bebidas, máquinas, construção civil e metalurgia. O município é localizado no Cariri e é parte da Região Metropolitana do Cariri (RMC).

O Cariri cearense é reconhecido por sua forte cultura e tem um grande colégio eleitoral, porém essa importância não era refletida em termos de investimentos públicos, pois estes continuavam concentrados em torno da capital do Estado. Então para atrair investimentos públicos é aprovada a criação da Região Metropolitana do Cariri – RMC, esse novo arranjo metropolitano compreende uma área de 5.455 Km² e o IBGE (2010) estimou uma população de 564.478 mil habitantes foi instituído no ano de 2009 através da Lei complementar estadual nº 78 a RMC agrupa nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A cidade de Juazeiro do Norte – CE é o principal polo de desenvolvimento da RMC, e mesmo tendo a menor área dentre os municípios que compõe a RMC (área com 248,0 km²) é o mais populoso com 249.939 habitantes IBGE (2010). De acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) que elaborou um documento contendo o perfil básico do município em 2016, temos que o PIB per capita é de R\$ 12.328,00

em 2013, sendo que o setor de serviços foi responsável por 86,56% do PIB, a indústria representou uma participação de 12,96% e a agropecuária de 0,48%.

Como se verifica através do PIB a decisão de financiar as atividades desenvolvidas na RMC surtiu efeitos positivos para a município de Juazeiro, e dentro dessas políticas públicas de financiamento o governo estadual estabelece uma parceria com um importante ator local que é o Banco do Nordeste do Brasil- BNB.

4.2 ANÁLISE DO FNE DE JUAZEIRO DO NORTE DE 2010-2018

Nessa parte do trabalho será apresentado através de gráficos e tabelas os dados disponibilizados no portal da transparência do BNB na seção: painéis interativos - mapas e gráficos das estatísticas de operações de crédito FNE. Os itens das planilhas selecionados foram: programas, setor, porte de cliente, atividade, região e UF.

Como parte preliminar desse trabalho o autor filtrou desses dados do BNB as informações referentes ao município de Juazeiro do Norte-CE e os organizou em forma de gráficos e tabelas com a finalidade de melhor visualizar o total de investimentos realizados no intervalo de tempo 2010-2018 separando por tipo de pessoas jurídica ou física. A cidade em questão é enquadrada pela PNDR como estagnada, o seu bioma é a cantiga e encontra-se no semiárido.

Tabela 1. Financiamento via FNE em Juazeiro do Norte – 2010 a 2018

FINANCIAMENTO VIA FNE EM JUAZEIRO DO NORTE – 2010 A 2018

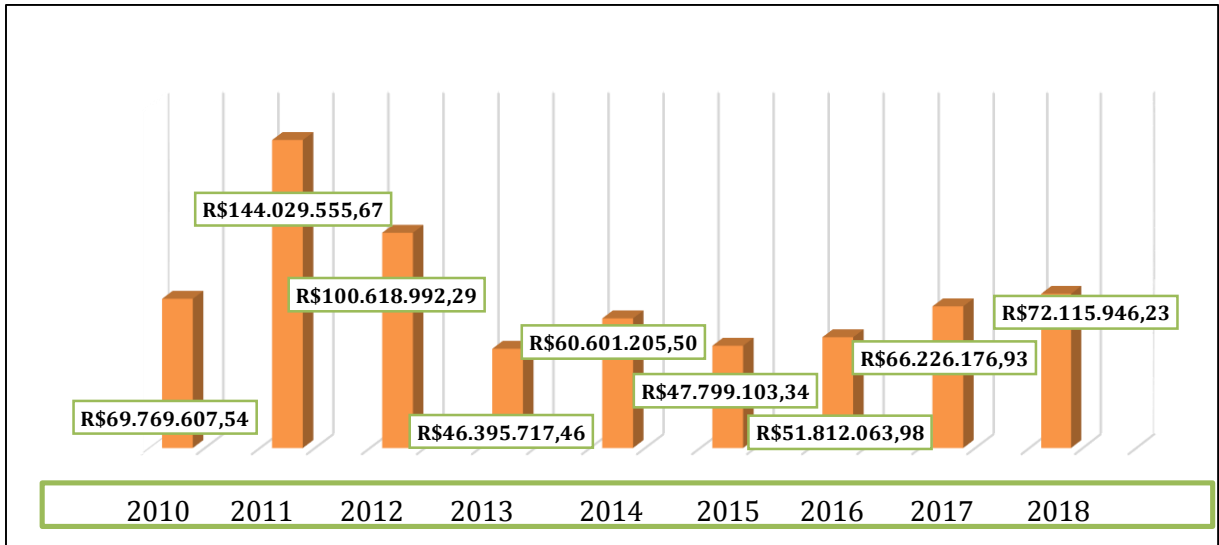
ANO	PESSOA FISICA	PESSOA JURIDICA	TOTAL	%
2010	R\$ 1.339.878,55	R\$ 68.429.728,99	R\$ 69.769.607,54	10,58
2011	R\$ 591.336,02	R\$ 143.438.219,65	R\$ 144.029.555,67	21,84
2012	R\$ 964.905,04	R\$ 99.654.087,25	R\$ 100.618.992,29	15,26
2013	R\$ 1.777.461,35	R\$ 44.598.981,11	R\$ 46.395.717,46	7,04
2014	R\$ 2.063.419,66	R\$ 58.537.785,84	R\$ 60.601.205,50	9,19
2015	R\$ 1.354.065,09	R\$ 46.445.038,25	R\$ 47.799.103,34	7,25
2016	R\$ 2.660.596,36	R\$ 49.151.467,62	R\$ 51.812.063,98	7,86
2017	R\$ 1.648.177,24	R\$ 64.577.999,69	R\$ 66.226.176,93	10,04

2018	R\$ 1.888.114,29	R\$ 70.227.831,94	R\$ 72.115.946,23	10,94
TOTAL	R\$ 14.287.953,60	R\$ 645.061.140,34	R\$ 659.368.368,94	100

Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

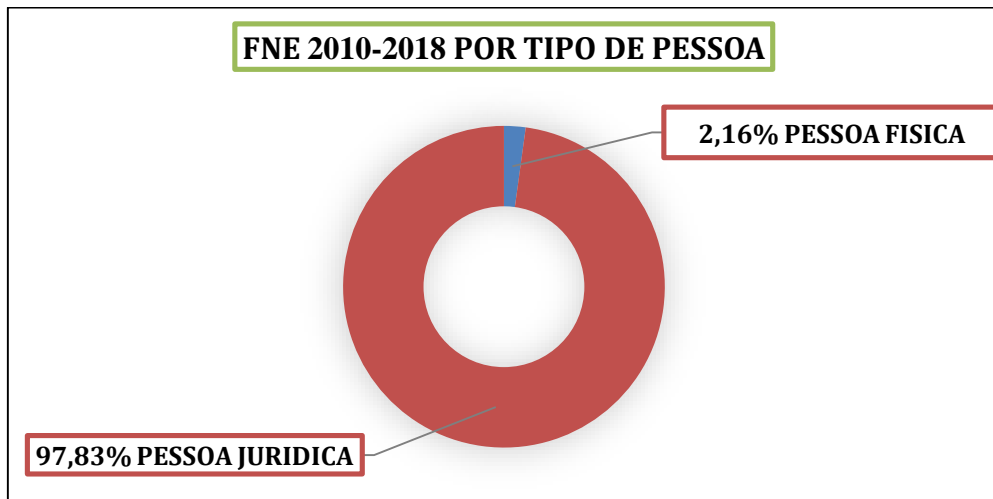
Gráfico 1. Financiamento via FNE de 2010 a 2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

Gráfico 2. FNE por tipo de pessoa em termos percentuais de 2010-2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

O destaque para essa tabela e gráficos é para o biênio 2011 - 2012 que houve uma elevação significativa no nível de investimento. Em 2011 foi comemorado o centenário da

emancipação política de Juazeiro do Norte e através de uma leitura mais acurada da movimentação de R\$ 144.029.555,67 (Gráfico 1) em 2011 identificou-se um financiamento de grande porte na infraestrutura através do PROINFRA para produção e distribuição de energia elétrica, o valor desse investimento foi de R\$ 60.746.592,13 o que corresponde a 42,12% de orçamento total do FNE de 2011. Por outro lado, o valor R\$ 591.336,02 (tabela 1) também nesse ano foi o mais baixo investimento destinado a pessoas físicas durante o recorte temporal dessa pesquisa. Ao considerar que o setor da agricultura é o maior demandante de empréstimo a pessoa física entende-se a fraca contratação do PRONAF se comparado aos demais anos.

Em 2012 a elevação do orçamento do FNE destinou a porcentagem 42,53% a um contrato com o valor de R\$ 61.260.409,86 com no setor de serviços destinado a atividade imobiliária classificado pelo BNB como de médio porte. Apesar dos empréstimos a pessoas físicas terem aumentado em 61,28% em relação a 2011 e ter financiado o setor de agricultura e pecuária o valor de R\$ 964.905,04 (tabela 1) ainda está bem abaixo do desempenho dos outros anos da tabela.

O biênio 2011-2012 foi marcado por concentração de valores no investimento de grande e médio porte. Deve-se considerar que também em 2011 iniciou-se uma grave situação de seca que afetou o Ceará. Conforme assegura os relatórios do INMET os estados nordestinos sofreram a partir de 2011 impacto de secas classificadas como de curto e longo prazo “Ceará foi um dos que apresentaram maior avanço da estiagem, enfrentando cinco secas seguidas desde 2011, segundo a FUNCEME, indicando que 75% do território do estado apresentou seca extrema ou seca excepcional”.

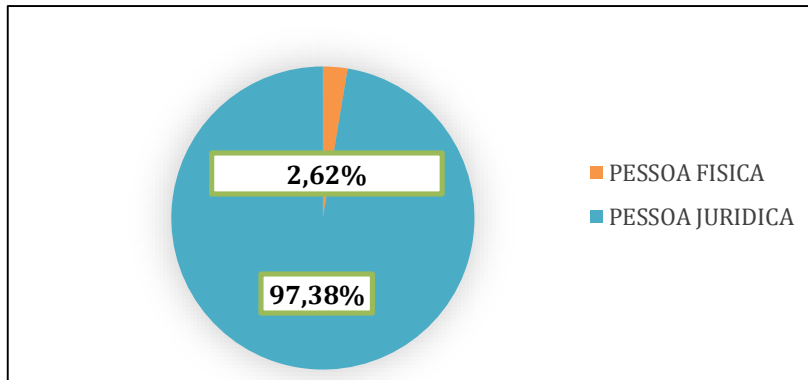
4.3 ANÁLISE DO FNE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE EM 2018

O ano de 2018 será analisado através das subdivisões: tipo de pessoa, setor da atividade, porte do empreendimento, e volume de contratação por programa, iniciando pelos gráficos (3 e 4) que apresentam em termos numéricos e percentuais o desempenho do FNE na cidade de Juazeiro dividido por tipo de pessoa.

A soma total de R\$ 72.115.946,23 que corresponde 10,94% (tabela 1) do montante investido entre os anos de 2010-2018 obteve o terceiro maior valor ficando atrás apenas do biênio 2011-2012 que como já foi explicitado acima teve um desempenho diferenciado, mas ao olhar isoladamente o financiamento a pessoa física ocupará o terceiro lugar, porém os anos de maiores financiamentos são 2014 e 2016 (tabela 1).

Os gráficos (3 e 4) denotam os desempenhos separados das pessoas físicas e pessoas jurídicas e comparando essas performances aos gráficos de setor e porte é possível perceber de que maneira foi distribuído os recursos e responder se houve concentração em determinada categoria e se atendeu a finalidade priorizada pelo FNE.

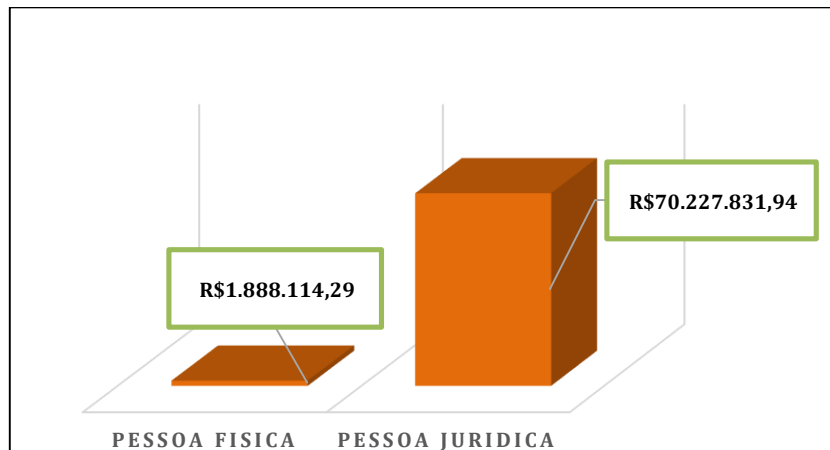
Gráfico 3 - FNE por tipo de pessoa (física ou jurídica) em termos percentuais em 2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

Gráfico 4. FNE por tipo de pessoa (física ou jurídica) em termos de valores monetários 2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

4.4 GRÁFICOS E TABELAS DOS FINANCIAMENTOS DESTINADOS A PESSOA JURÍDICA EM 2018

Para compreender a organização do gráfico 5 é preciso saber como o BNB categoriza os beneficiários considerando o seu porte, então vejamos:

Tabela 2. Definição de porte de empresas e produtores rurais

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL/ RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA (R\$ 1,00)
Mini/Micro (*) ¹	Até R\$ 360.000,00
Pequeno	Acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00
Pequeno-Médio	Acima de R\$ 4.800.000,00 até R\$ 16.000.000,00
Médio	Acima de R\$ 16.000.000,00 até R\$ 90.000.000,00
Grande	Acima de R\$ 90.000.000,00

Fonte: Programação regional FNE 2018

Elaboração: BNB

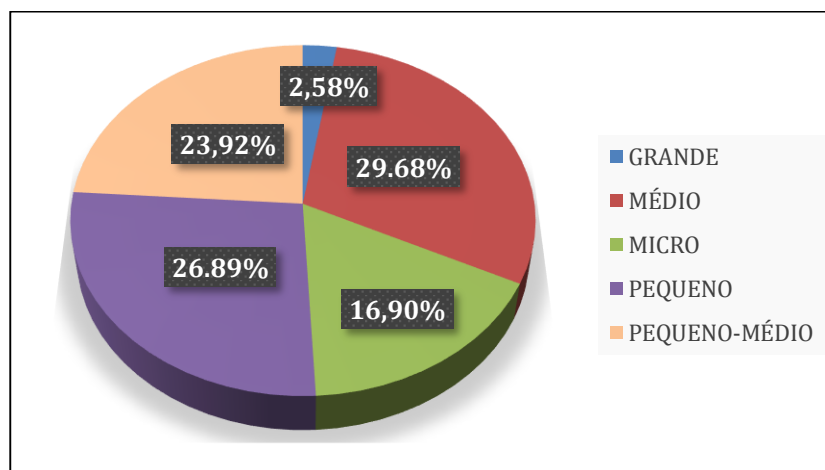
Tabela 3. Definição de porte de empresas e produtores não rurais

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL (R\$ 1,00)
Mini/Micro (*) ²	Até R\$ 360.000,00
Pequeno	Acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00
Pequeno-Médio	Acima de R\$ 4.800.000,00 até R\$ 16.000.000,00
Médio	Acima de R\$ 16.000.000,00 até R\$ 90.000.000,00
Grande	Acima de R\$ 90.000.000,00

Fonte: Programação regional FNE 2018

Elaboração: BNB

Gráfico 5. FNE porte das empresas em termos percentuais - 2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

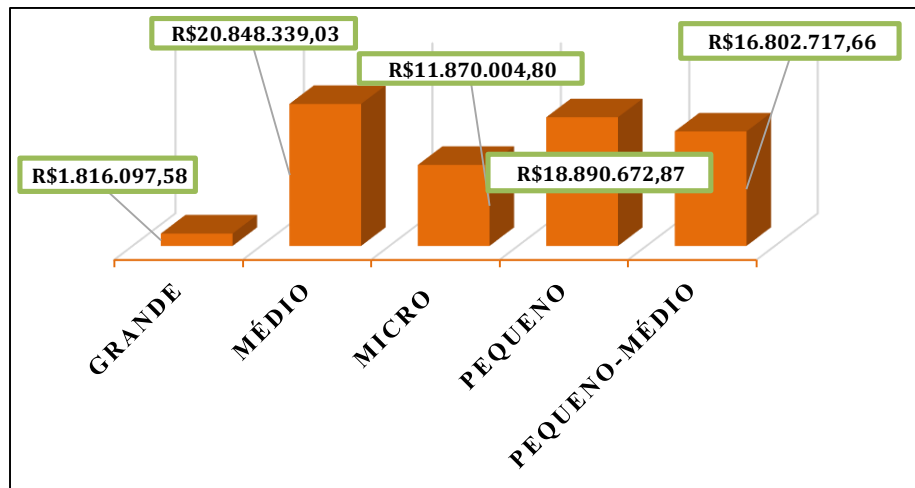
Elaboração própria

¹ (*) Inclui Microempreendedores Individuais (MEI), definidos pela Lei Complementar 155, de 27/10/2016, como empresários individuais que tenham auferido receita bruta no ano anterior de até R\$ 81.000,00. NOTA 1: Para efeito da classificação de produtores rurais, a apuração da renda agropecuária bruta anual terá por base o preço de mercado vigente na data da apresentação da proposta.

² (*) Inclui Microempreendedores Individuais (MEI), definidos pela Lei Complementar 155, de 27/10/2016, como empresários individuais que tenham auferido receita bruta no ano anterior de até R\$ 81.000,00. NOTA 1: Para efeito da classificação de produtores rurais, a apuração da renda agropecuária bruta anual terá por base o preço de mercado vigente na data da apresentação da proposta.

O gráfico (5 e 6) deixa visível uma distribuição de recursos com maior desempenho para as empresas de médio porte. No entanto, não se verifica uma concentração de recursos tendo a micro (16,90%) o pequeno (26,89%) e o pequeno médio (23,92%) obtido por resultados o que aproxima da finalidade do FNE de atingir essas empresas. Nisso o ano de 2018 também se diferencia dos anos 2011-2012 que teve alta concentração no grande e médio porte.

Gráfico 6 - FNE porte das empresas em por valores (moeda real) em 2018

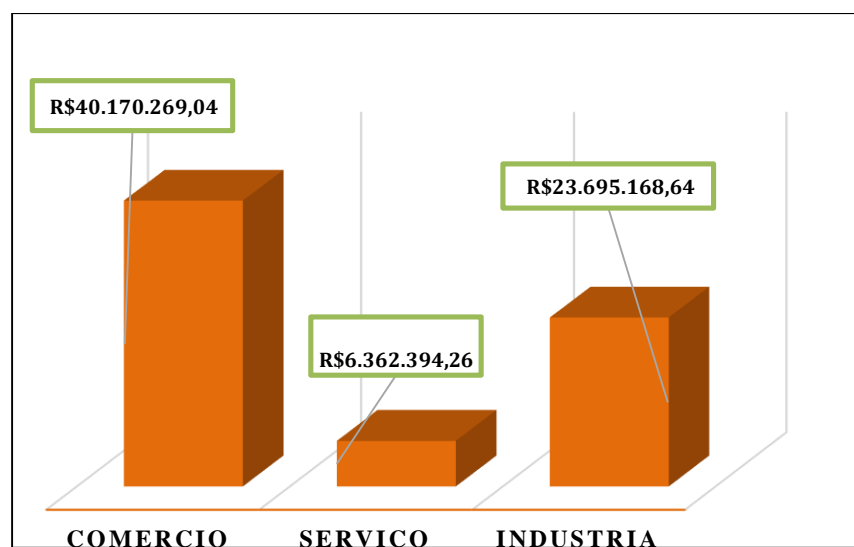


Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

O gráfico (7 e 8) e a tabela (4) evidencia o desempenho dos setores: Comércio, Serviço e indústria. Apelidada de “meca do Nordeste” o comércio recebe anualmente muitos turistas são os chamados romeiros do “padim ciço” nos últimos anos houve uma grande expansão do comércio com a instalação de grandes supermercados (Atacadão, Hiper bom preço, Maxx). A cidade por sua estrutura comercial atrai consumidores da macrorregião.

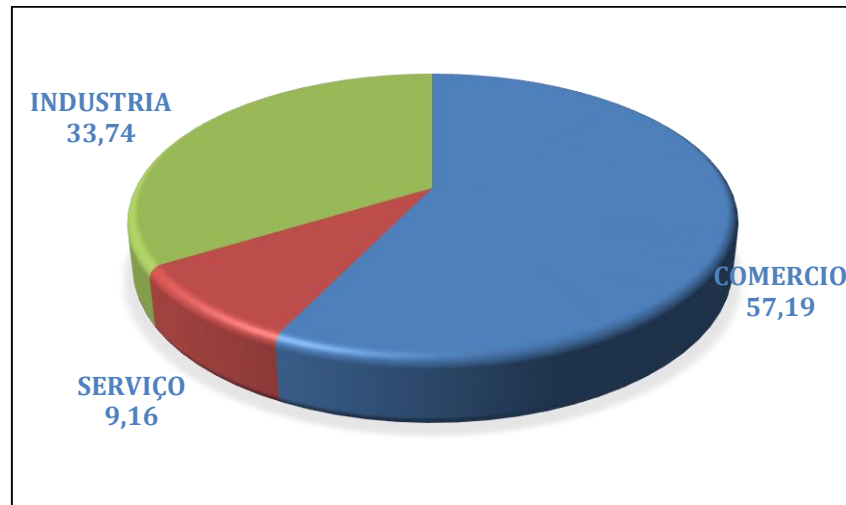
Gráfico 7 - FNE de pessoa jurídica por setor em termos de valores (moeda real) em 2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

Gráfico 8. FNE de pessoa jurídica por setor em termos percentuais - 2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

Tabela 4. FNE pessoa jurídica por programa em termos de valores (moeda real) em 2018

PROGRAMA	VALORES DO FINANCIAMENTO	%
FNE VERDE MPE COMERCIO	R\$ 1.816.097,58	2,59%
FNE-COMERCIO	R\$ 30.036.977,93	42,77%
FNE-EI/COMERCIO	R\$ 156.723,90	0,22%
FNE-MPE-COMERCIO	R\$ 8.722.272,67	12,42%
FNE-MPE-INDUSTRIA	R\$ 5.789.791,22	8,24%
FNE-MPE-SERVICOS	R\$ 8.625.248,28	12,28%
FNE-MPE-TURISMO	R\$ 1.720.887,98	2,45%
FNE-SERVICOS	R\$ 6.881.074,16	9,80%
FNE-INDUSTRIA	R\$ 1.044.833,62	1,49%
PROATUR	R\$ 5.433.924,60	7,74%
TOTAL	R\$ 70.227.831,94	100%

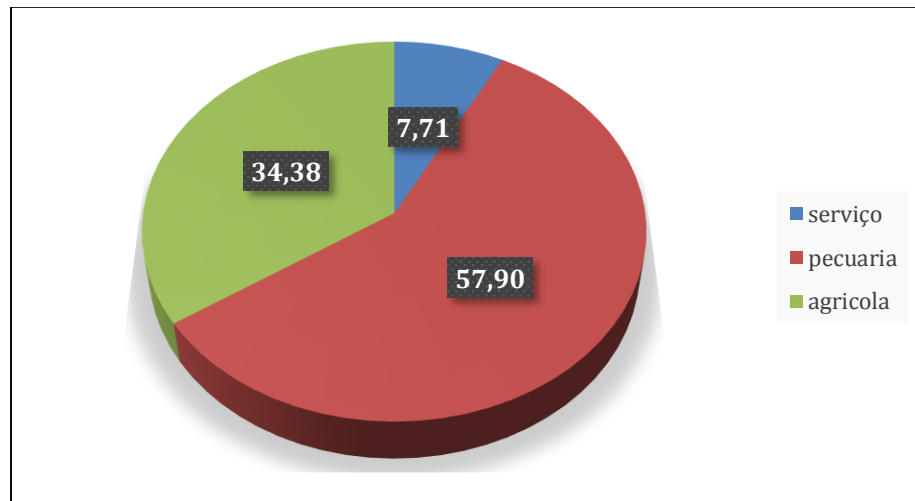
Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

Na tabela (4) fica ressaltado o percentual de 42.77% no programa FNE- Comércio e de acordo com o relatório 2018 do BNB consta que o objetivo do FNE Comércio é: “Contribuir para o desenvolvimento e ampliação dos setores de comércio e serviços, apoiando a integração, estruturação e aumento da competitividade, especialmente de micro e pequenas empresas”.

4.5 GRÁFICOS E TABELAS DO FINANCIAMENTO DO FNE DESTINADO A PESSOAS FÍSICAS EM 2018

Gráfico 9. FNE de pessoas física por setor em termos percentuais -2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

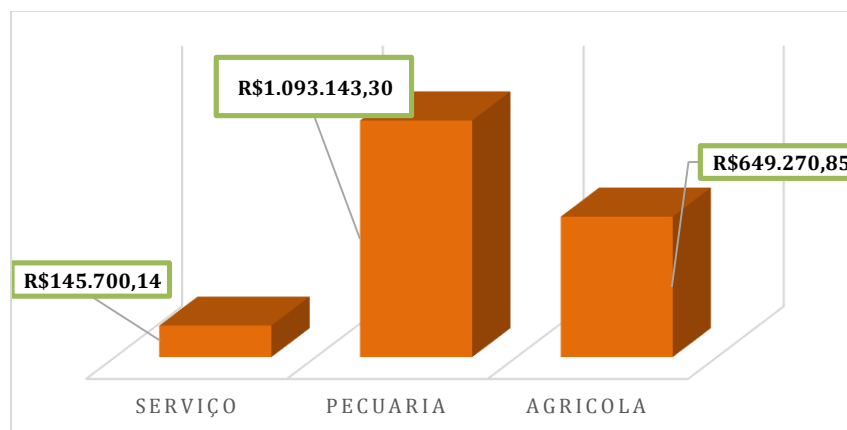
Elaboração própria

Tabela 5.FNE de pessoa física por programa em termos de valores (moeda real) - 2018

PROGRAMAS FNE	VALORES FINANCIADOS	%
FIES	R\$ 145.700,14	7,71%
PRONAF GRUPO "B" - FNE	R\$ 125.570,00	6,65%
PRONAF SEMIÁRIDO - FNE	R\$ 117.820,18	6,24%
PRONAF-B/PLANO-SAFRA SEMIÁRIDO	R\$ 1.295.533,53	68,61%
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	R\$ 79.537,44	4,21%
RURAL	R\$ 123.953,00	6,56%
TOTAL	R\$ 1.888.114,29	100%

Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Gráfico 10. FNE de pessoas físicas por setor em valores (moeda real) - 2018



Fonte: Dados do portal da transparência do BNB (2019)

Elaboração própria

O gráfico (9) demonstra uma maior concentração de recursos no setor de pecuária com 57,90 dos investimentos vindo seguido do setor agrícola que teve 34,38. O destaque é para o setor de serviços que com 7,71 tendo a sua totalidade se destinado ao programa FIES conforme se verifica na tabela 5.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é subdividido em 13 linhas das quais quatro aparecem na tabela 5 ele foi o programa que mais obteve recursos com maior volume na sua linha Pronaf-b/plano-safra semiárido que corresponde a Linha de Crédito Microcrédito Produtivo Rural e o município de Juazeiro se enquadrou na tipologia dinâmica com média renda e alto Dinamismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso de formação acadêmica em administração de empresas o discente é colocado em contato com ferramentas que os habilita operacionalizar dentro do mercado capitalista verificando dentre outras coisas, as análises de riscos e as viabilidades financeiras de determinados empreendimentos.

Apesar da importância desse arcabouço técnico é preciso entrelaçar esse conhecimento com uma capacidade reflexiva que permita o administrador atuar de maneira contextualizada e alinhando a sua capacidade de produzir resultados econômicos ao comprometimento com valores de uma sociedade que visa a diminuição das injustiças sociais.

Através desse estudo foi possível perceber a necessidade de interlocução do administrador com as políticas públicas governamentais e de desvendar que a pobreza ou riqueza de uma região tem forte interferência das diretrizes estatais. Ao fazer uma junção dos

dados numéricos coletados e as raízes históricas das desigualdades regionais foi possível produzir conteúdo que revelem inter-relações com a realidade nacional, desenvolvendo no discente a capacidade de contextualizar essas inter-relações historicamente e aplica-las tanto no âmbito das organizações como no social.

O BNB com agência na cidade de Juazeiro é um forte agente de financiamento que fez crescer o número de empreendedores gerando assim uma demanda por profissionais com conhecimentos em elaboração e gestão de projetos, que tanto sejam capazes de obter financiamentos públicos via linhas de créditos do FNE como também sejam capazes de gerenciar esses projetos de maneiras que essas atividades empreendedoras obtenham sucesso no mercado.

O FNE que cumpre uma designação constitucional para integrar as várias regiões e efetivar o pacto federativo exige da sociedade um constante acompanhamento para perceber em qual medida esse fundo cumpre a sua finalidade principal que é garantir financiamento público com baixo custo para a região Nordeste com prioridade do semiárido. Após a análise do ano 2018 foi possível verificar não só um bom volume de investimento, mas sobretudo que o FNE atinge a sua meta de fortalecer aos micro e pequenos empreendedores.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J Filho. **O Nordeste que dá certo**. Cadernos do Desenvolvimento. (Ano 5, nº 7, pp.55-87). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. (2010)

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.

AQUINO, Laura Christina Melo. **SUDENE: A utopia de Celso Furtado**. 2017. 187 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife -PE. 2004.

BACELAR, Tânia. A “**questão regional**” e a “**questão nordestina**”. In: TAVARES, Maria da C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL -BNB. 2017. **Programação Regional do FNE 2017**. Disponível em: <
<https://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/ProgramacaoFNE2017Abril/1a173485-82a1-13b4-41c0-eb793b55fe9c> > Acesso em 08/11/2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 272 p.

BRASIL. Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 set. 1989. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm>. Acesso em: 7 maio 2019.

CARNEIRO, Diego; CAMBOTA, Jacqueline. **Revisão Sistemática da Literatura acerca da Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoPDF.aspx?cd_artigo=55>. Acesso em: 07 maio 2019.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O desenvolvimento da região nordeste nos anos pós-sudene (2000-2016). *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPFD*, v.39, n.134,2018

CASTRO, Marília de Souza, et al. **Panorama e dinâmica recente da economia da Região Metropolitana do Cariri – RMC**. 2013. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*. Volume 2. Nº 01.

CEARÁ. Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do estado do Ceará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, série 3, ano I, n. 121**, 2009. Disponível em: . Acesso em: 08 maio 2019.

FERREIRA, Alexsandro Jair; COSTA, Jonathan Guimarães. **A Percepção dos graduandos quanto ao Curso de Administração da UFSC/CSE/CAD: Uma avaliação das competências e habilidades adquiridas no Curso frente aos novos desafios educacionais e societários.** 2018.

FURTADO, C. (1984) **Cultura e Desenvolvimento em época de crise.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra

IBGE. **Censos Demográficos,** 2000 e 2010.

INMET. **Situação da seca observada nas regiões norte e nordeste do Brasil em 2016.** Disponível em : http://www.inmet.gov.br/portal/notas_tecnicas/trabalho_tecnico_02-2017.pdf Acesso em 08 de maio 2019.

IPECE. **Perfil Básico do Município Juazeiro do Norte.** 2016. Disponível em < http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Juazeiro_do_Norte.pdf >. Acesso em 06/11/2017.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº78, 2009 Disponível em : < <https://goo.gl/HG4xH8> > Acesso em 06/11/2017

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo; Atlas. 2010

NETO, Leonardo Guimarães. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e políticas públicas,** n. 15, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia L. **A invenção do Nordeste e do nordestino.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPE, 2007

VENZKE, Cláudio Senna; NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do. **Caminhos e desafios para a inserção da sustentabilidade socioambiental na formação do administrador brasileiro.** Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 14, n. 3, p.26-

54, Mai/jun 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a03v14n3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.